

Afetividade no Território Quilombola: uma Práxis Possível da Psicologia

Ana Flávia de Sales Costa¹

¹*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
MG, Brasil.*

Odair José Câmara Edmundo²

²*Faculdade Ciências da Vida,
MG, Brasil.*

Resumo: O presente artigo originou-se de uma pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), na qual buscamos compreender de que maneira ampliar a potência de crianças e jovens enquanto sujeitos políticos em uma comunidade quilombola. A vertente teórica que guiou tal estudo foi a psicologia sócio-histórica. A metodologia foi a de pesquisa-intervenção psicossocial, realizada por meio de observações e rodas de conversa com 14 crianças e jovens entre 7 e 18 anos de idade, de Lagoa Trindade, localizada em Jequitibá, interior de Minas Gerais (Brasil). A comunidade quilombola pôde ser compreendida pela lógica dos afetos que circulam no território, levando-se em consideração a interlocução das relações raciais que permeiam os sujeitos políticos. Para além das limitações trazidas por uma desigualdade racial estrutural em nossa sociedade, que reproduz e sustenta lugares de privilégio e de exclusão, é necessário criarmos estratégias de fortalecimento da potência de vida que circula entre os povos negros, advinda de uma história de luta e de perseverança. Tal compreensão da potência política presente no território quilombola mostra-se um caminho privilegiado para atuação da psicologia.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola, Afetividade, Território, Psicologia, Intervenção Psicossocial.

Affects in Quilombola Territory: a Possible Praxis for Psychology

Abstract: This article originated from doctoral research in the graduate program in psychology at PUC Minas, in which we sought to understand how to broaden the power of children and young people as political subjects in a quilombola community. The theoretical framework that guided this study was socio-historical psychology. The methodology was the research-psychosocial intervention, conducted through observation and talking circles, with 14 children and young people between 7 and 18 years from Lagoa Trindade, Jequitibá, Minas Gerais, Brazil. The Quilombola community could be understood by the logic of the affects circulating in the territory, taking into account the interlocution of the racial relations that affect the political subjects. In addition to the limitations caused by a structural racial inequality in our society, which reproduces and sustains places of privilege and exclusion, we need to create strategies to strengthen the power of life circulating among black peoples, coming from a story of struggle and perseverance. This understanding of political power present in the quilombola territory shows a privileged path for the performance of psychology.

Keywords: Quilombola Community, Affectivity, Territory, Psychology, Psychosocial Intervention.

Afectividad en el Territorio Quilombola: una Posible Praxis de la Psicología

Resumen: Este artículo se originó de una investigación de doctorado en el Programa de Posgrado en Psicología de la Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas),

en la cual buscamos comprender cómo aumentar el poder de los niños y jóvenes en una comunidad de quilombolas como sujetos políticos. El marco teórico empleado en el estudio fue la psicología sociohistórica. La metodología utilizada fue la investigación-intervención psicosocial, realizada por observaciones y ruedas de conversación con 14 niños y jóvenes de entre 7 y 18 años de edad, en Lagoa Trindade, ubicada en Jequitibá (Minas Gerais, Brasil). La comunidad quilombola podría entenderse por la lógica de los afectos presentes en el territorio, teniendo en cuenta la interlocución de las relaciones raciales que afectan a los sujetos políticos. Más allá de las limitaciones ocasionadas por una desigualdad racial estructural en nuestra sociedad que reproduce y mantiene lugares privilegiados y excluyentes, es necesario la creación de estrategias para fortalecer el poder de vida que circula entre la población negra y que proviene de la historia de lucha y perseverancia. Esa comprensión del potencial político presente en el territorio quilombola demuestra ser una forma privilegiada para la actuación de psicología.

Palabras clave: Comunidad Quilombola, Afectividad, Territorio, Psicología, Intervención Psicosocial.

Introdução

É possível perceber a existência de uma lacuna na produção de conhecimento e na própria atuação da psicologia, em que os municípios pequenos e as comunidades rurais, ainda que sejam importantes campos de trabalho, não se tornaram objeto de estudo. Leite, Macedo, Dimenstein e Dantas (2013) analisaram uma aproximação recente entre a psicologia e esses universos, provavelmente decorrente da interiorização das universidades e das políticas públicas – especialmente as de saúde e assistência social, expandindo os espaços de exercício da própria profissão. Segundo os autores:

O processo de “interiorização da profissão” parece ser impulsionado apenas posteriormente, com o ingresso de psicólogos em campos não tradicionais e há pouco desenvolvidos, com especial destaque para o setor do bem-estar social que impulsionará de forma efetiva o processo de interiorização, além da expansão do sistema de ensino superior brasileiro em direção às cidades de pequeno e médio porte (Leite et al., 2013, p. 29).

Para além dos municípios pequenos, são contextos ainda mais específicos aqueles em que vivem as comunidades tradicionais – entre elas as quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), que produziu uma orientação técnica específica sobre a nossa atuação em questões relativas à terra, “temos em todo o território nacional 235 povos indígenas, vivendo em mais de 700

territórios indígenas; cerca de 3.500 comunidades quilombolas e uma enorme gama de comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores, extrativistas” (Crepop, 2013, p. 100). Esses dados nos dão a dimensão do quanto ainda temos a fazer para que nos torneemos uma psicologia acessível a todos, sendo urgente nos voltarmos para essas populações.

O presente artigo visa contribuir para a ampliação do olhar da psicologia sobre as crianças e os jovens de comunidades rurais quilombolas por meio do relato de uma pesquisa-intervenção psicossocial, realizada em Lagoa Trindade/MG, que teve como um de seus desdobramentos a compreensão dos afetos que circulam no território.

A pesquisa foi realizada com o compromisso de produzir conhecimento de forma não dicotômica – no encontro entre os pesquisadores e os sujeitos históricos – e, paralelamente, intervir nos modos de vida das populações estudadas para a construção de uma práxis mais libertária; práxis, aqui, compreendida na perspectiva de Fals Borda (1978) como uma unidade dialética entre teoria e prática, podendo constituir-se em uma ação política de transformação da sociedade. Os momentos empíricos são objetos de uma reflexão crítica ao longo do processo, sendo repensados no confronto com os anteriores e com as análises já realizadas, gerando novas ações e novos conhecimentos. A práxis, então, parte do empírico, propicia análises e teorizações e, então, retorna ao empírico, permitindo um aprofundamento em espiral. Ela sempre implica uma intervenção e uma produção de conhecimento (Lane, 1989). Ao mesmo tempo em que produzimos conhecimento sobre sujeitos e

lugares, esses se transformam e nos transformam em uma relação de mão dupla – retroalimentando-se continuamente. Machado (2004) apresenta-nos uma descrição desse caminho que rompe com a dicotomia entre pesquisar e intervir:

A pesquisa-intervenção psicossocial caracteriza-se por estabelecer uma relação de colaboração entre pesquisadores e pesquisados, de tal forma que os primeiros respondem, com uma postura clínica, a uma demanda de ajuda, escutam as manifestações verbais, entre outras, dos sujeitos sociais que participam do conjunto social, analisam, interpretam, refletem juntos, gravam, filmam, fazem a devolução do que escutaram, pensaram e registraram, numa palavra, intervêm no conjunto social, vindos de fora. Os segundos não apenas demandam a intervenção, mas também participam ativamente dela: ao se expressarem, também analisam, elaboram suas representações do conjunto social, da pesquisa-intervenção, da interação estabelecida. Juntos, pesquisadores-consultores e pesquisadores-clientes buscam solucionar problemas de ação e de mudança social. Com os clientes ou isoladamente, os pesquisadores procedem à elaboração teórica (Machado, 2004, pp. 14-15).

De acordo com Sawaia (2008), práxis em psicologia pode ser compreendida como o “fazer” da ciência psicológica, que se estabelece numa relação inseparável entre teoria e prática. Diante da ampliação das possibilidades de atuação da profissão, emerge a preocupação a respeito do compromisso social como forma importante de compreensão e superação das formas de injustiças sociais e exclusão existentes na sociedade contemporânea. Uma práxis pautada na ética pode contribuir para fomentar estratégias que se comprometam com questões sociais na perspectiva da população e a compreender o indivíduo – com toda sua potencialidade de agir para o bem comum.

Nessa perspectiva, foram realizados, entre novembro de 2017 e julho de 2019, 56 encontros semanais, cada um com aproximadamente duas horas de duração, que tiveram, ao longo do processo, 14 participantes com idades entre 7 e 18 anos (sendo 13 do gênero feminino e um do gênero masculino). Também ocorreram rodas de conversa em que foram privilegiadas as narrativas, experiências e a produção de um conhecimento

dos sujeitos sobre si mesmos e sua comunidade, buscando ampliar a potência na dimensão política – desde a construção subjetiva de uma ética até a realização de ações concretas, no cotidiano em que vivem. Nada foi planejado *a priori*, a não ser os primeiros momentos que tinham como objetivo a apresentação inicial da proposta e a construção de vínculos.

Trabalhamos a partir do referencial teórico da psicologia sócio-histórica, uma perspectiva que oferece visão sobre o humano em que o compromisso com a transformação social seria o objetivo último a ser alcançado pelos sujeitos históricos – e por ser, também, uma proposta que busca romper com as falsas dicotomias entre o singular e o coletivo, os afetos e a razão, o fazer e o sentir, o pesquisar e o intervir. Ao longo do processo da pesquisa-intervenção psicossocial foram construídos analisadores, visando compreender as forças instituinte e, ao mesmo tempo, a circulação das crianças e dos jovens nos espaços instituídos – a escola, a família e a própria comunidade quilombola, com as suas tradições, cultura e modos de vida que devem ser mantidos e/ou transformados, tendo em vista a permanência simbólica do próprio grupo.

Os analisadores, na perspectiva de Lourau (1995), são as contradições surgidas; contradições essas que até então estavam ocultas ou não eram mencionadas, que provocam e forçam a fala de modo a revelar a estrutura da instituição – nesse caso, as contradições surgidas entre os sujeitos e as instituições que os rodeiam: a educação, a comunidade, a família e demais fatores. A compreensão dessas contradições, na medida em que se apresentam no processo grupal por meio das situações concretas e cotidianas de vida, desafia o grupo e impulsiona sua ressignificação pela via do diálogo e das ações produzidas. Nesse momento, tanto a construção de conhecimento (objetivo último de uma pesquisa) quanto a transformação social (objetivo último de uma intervenção) dão-se de modo articulado. Neste artigo, abordamos uma das facetas do processo da pesquisa, em que a relação entre os sujeitos e o território quilombola, tornando-se uma analisadora, emerge das afetações provocadas pela construção de uma maquete da comunidade.

Lagoa Trindade: o contexto da pesquisa

O lócus de realização da pesquisa é Lagoa Trindade, distrito de Jequitibá, um município de

pequeno porte¹, situado no estado de Minas Gerais, Brasil. Na cidade há 5.102 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), dos quais 3.193 viviam em 23 comunidades rurais – ou seja, mais de 60% da população. Lagoa Trindade, também conhecida como Doutor Campolina², é uma das comunidades rurais e está localizada a 14 quilômetros da área urbana. Possui, aproximadamente, 90 famílias, sendo seus moradores em sua maioria afrodescendentes. Por esse motivo, foi reconhecida em 2006 como uma comunidade remanescente de quilombo ou quilombola³ pela Fundação Palmares⁴. (Brasil, 2016a, 2016b, 2016c).

Jequitibá possui apenas um Centro de Referência da Assistência Social (Cras), local de trabalho de uma das pesquisadoras. Ele está localizado na área central do município, em sua zona urbana, distante da maior parte de seu público-alvo – que vive nas zonas rurais. Esse fato levou sua equipe de trabalho a propor um projeto-piloto de atendimento continuado em uma das localidades rurais do município. A intenção era a de iniciar por uma comunidade e depois ampliar para as demais. A partir de 2014, Lagoa Trindade foi a primeira a receber visitas semanais do Cras. A decisão de estar presente ali, de maneira sistemática, partiu de um consenso entre os profissionais da rede de serviços do município (assistência social, educação e saúde) de que aquela era a localidade com maiores problemas entre as 23 existentes – em função das dificuldades vividas pelo grupo populacional local, tais como a situação de pobreza, a falta de trabalho, o alcoolismo e a evasão escolar. Por parte dos profissionais atuantes nos equipamentos públicos, era recorrente a visão sobre aquelas pessoas como sendo “conflituosas e difíceis de serem atendidas”.

A ambivalência encontrada ali surgiu em forma de questionamento feito pelos moradores aos profissionais do Cras que se aproximavam para uma conversa. A frase “ninguém nunca se lembrou de nós!”

era repetida várias vezes, numa tentativa de mostrar uma insatisfação com os serviços a eles (não) destinados. Contraditoriamente, eles são reconhecidos como a única comunidade quilombola do município com o título da Fundação Palmares, sendo valorizados nas festividades locais pela sua cultura; porém, no cotidiano, o que os moradores sentem é que são esquecidos pelas políticas públicas. Eles estão inseridos em um contexto contraditório de valorização e, ao mesmo tempo, de esquecimento e negação. De um lado, temos os profissionais das políticas públicas que ali atuam, compreendendo aquela comunidade como “conflituosa e difícil de ser atendida” e, de outro, os moradores sentindo-se esquecidos pelo poder público.

A partir de uma pesquisa nos prontuários do Cras sobre 61 das 90 famílias de Lagoa Trindade, conhecemos um pouco do contexto de vida da comunidade. Foi possível perceber que 79% das famílias viviam com até meio salário-mínimo *per capita* por mês, sendo que 51% dessas famílias recebiam o Bolsa Família. Apenas 22% dos moradores tinham trabalho fixo com maior estabilidade na renda, além dos 10% de aposentados ou pensionistas. Em relação à moradia, 75% possuíam casa própria. A composição familiar era de 67% de famílias nucleares. A faixa etária predominante era de jovens, correspondendo a 34% do total. Em relação à escolaridade, aproximadamente 62% da população não completou o ensino fundamental. As principais dificuldades relatadas pelos moradores foram econômicas, relacionadas à saúde, ao acesso à água e ao transporte.

Tais informações revelaram um contexto de acirrada desigualdade social, com poucas oportunidades de trabalho, baixa escolaridade e dificuldades de acesso aos serviços que se encontram no meio urbano – como os de saúde, educação e assistência social. Foi possível perceber a manutenção das condições precárias de vida de uma comunidade formada

¹ Municípios de pequeno porte I são aqueles com população de até 20.000 habitantes (Brasil, 2004).

² O povoado de Lagoa Trindade é reconhecido pela Fundação Palmares com o nome de Doutor Campolina. Esse é o nome mais recente da comunidade, definido pela Lei estadual nº 2764, de 1962, quando tornou-se um distrito de Jequitibá/MG. (Lei Estadual Ordinária nº 2.764, 1962). Tal nome foi dado em homenagem ao “dirigente de um patronato que havia no Núcleo João Pinheiro (antiga sede), no município de Funilândia, próximo à Jequitibá” (Leite, 2009, p. 127). Porém, ele não foi utilizado nesta pesquisa por não ser aquele com o qual a população local se identifica.

³ Quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos (Brasil, 2016a).

⁴ A Fundação Palmares é uma instituição pública, vinculada ao Ministério da Cultura e fundada em 1988, que visa à promoção e à preservação da arte e da cultura afro-brasileira (Brasil, 2016a).

por descendentes dos que viveram o processo de escravização cinco gerações atrás. Em conversa com um dos moradores mais velhos da comunidade, ele contou que seus avós foram pessoas escravizadas e que seus pais já nasceram livres, mas que era como se fossem ainda escravizados, já que trabalhavam em troca de comida. Ele relatou que, aos 7 anos de idade, começou a trabalhar para ajudar os pais no sustento da casa e que, muitas vezes, não tinha o que comer. Trabalhava na roça o dia todo e, com o dinheiro que ganhava, passava no bar, bebia cachaça e chegava em casa com a mãe dormindo para que ela não brigasse; então se deitava, dormia e começava tudo de novo no dia seguinte. Foram muitos anos de alcoolismo – hoje ele não bebe mais. A bebida surgiu muito cedo em sua vida como uma estratégia para lidar com a fome e o cansaço de um dia penoso. Tal história mostrou-nos como a liberdade, conquistada após o período de escravização no Brasil, deu-se de modo dramático – uma vez que a liberdade sobre os corpos não garantiu condições dignas de vida. Tais pessoas veem-se jogadas à própria sorte, vivendo num contexto histórico de produção de condições de vida desiguais.

O alcoolismo, vivenciado por muitos na comunidade e aqui expressado pelo relato desse morador, pode ser compreendido enquanto sofrimento ético-político (Sawaia, 2009a), já que está mediado pelas precárias condições de vida e desigualdade advindas do processo de escravização dos povos negros, além da fragilidade das condições de vida após a abolição. Quando Sawaia (2009a) formula o conceito de sofrimento ético-político, a autora chama nossa atenção para um tipo específico de sofrimento que não é vivido por todos os sujeitos, mas apenas por aqueles submetidos a situações de exclusão social, configurando uma face perversa da desigualdade social de uma sociedade de classes. Em Lagoa Trindade, as crianças e os jovens atuais representam a quarta geração livre após a abolição. Pudemos conhecer três dessas gerações: o relato dos avós, dos pais e dos sujeitos da pesquisa, aliado às informações obtidas no Cras, permitiu retratar as condições de vida às quais estão submetidas tais populações na atualidade, sendo possível perceber toda uma luta pela sobrevivência diante de uma construção histórica que não os beneficiou em nenhum momento – ao contrário, os lançou à própria sorte, vivendo de pobreza e de restrição de acessos aos bens materiais e simbólicos da sociedade, hoje capitalista. Tal condição atende aos interesses

das classes dominantes e, neste caso, raça e classe social se entrelaçam numa construção de lugares de poder. Classe social, raça e ainda gênero são dimensões intimamente ligadas na estrutura social e que têm sido usadas para afirmar desigualdades.

Assim como o sofrimento ético-político é produzido nas relações, nos encontros e no comum, é por meio desses que ele pode ser transformado. Sawaia (2009a) nos propõe refletir sobre os processos de exclusão causados pela desigualdade social a partir da afetividade associada à emoção, como uma questão ético-política. Além da escuta da dor, inerente aos processos de desigualdade social, é preciso refinar o nosso olhar para as lutas travadas por essas pessoas pela sobrevivência diária, que revelam uma potência criativa presente no enfrentamento dessas situações – salientado, na maioria das vezes, apenas como o espaço da falta. Os encontros tornam-se, então, a possibilidade de construção de ações políticas, justamente por terem a potencialidade de fortalecer o comum – sendo, assim, uma importante ferramenta para a superação das desigualdades sociais. Pensar no acesso à psicologia pelas pessoas que vivem em tais condições é trabalhar no encontro entre o sofrimento e a perseverança, compreendendo seus contextos específicos, suas práticas culturais e de resistência.

Sawaia (2018) nos propõe que o afeto seja uma categoria analítica da desigualdade social e o comum, um norte da práxis psicossocial. Nós agimos em função da busca daquilo que nos é útil para perseverar na existência e, quando nos associamos a outros, em função de interesses comuns, nos tornamos mais fortes. Aí se dá a constituição do comum, ou seja: o comum relaciona-se à necessidade de união entre os homens em busca daquilo que traga o bem para todos. “O que conduz a sociedade comum dos homens, ou seja, o que faz que os homens vivam de acordo, é útil, e, inversamente, é mau o que traz a discórdia à cidade” (Espinosa, 1983, p. 249). Por esse olhar, o político é da ordem do comum que pode potencializar ou não o desejo de perseverar na existência. A dimensão ética estaria ligada à forma de organização da vida comum e coletiva, balizada pelos afetos. Já a dimensão política revelaria a lógica da organização do comum, ou seja, o modo como o comum é construído na direção do aumento ou diminuição da nossa potência.

Nesse sentido, a emergência do sujeito político encontrou amparo nas ideias espinosanas de constituição pela via do comum enquanto possibilidade de

fortalecimento das potências individuais e coletivas: na luta humana diária e cotidiana para perseverar na existência. A partir de tamanha riqueza de um campo, tanto nas dificuldades quanto na potência, fomos instigados a pesquisar meios de favorecer o envolvimento de crianças e jovens com as questões coletivas do lugar onde vivem, de modo a propiciar uma transformação do seu contexto de vida e, também, de si, ampliando a potência dos sujeitos políticos, comprometidos consigo mesmos e com a sua comunidade.

O quilombo e o território

Os quilombos no Brasil, segundo Munanga (1996), foram uma reconstrução do quilombo africano feita pelos escravizados para enfrentar a estrutura escravocrata e criar estratégias de proteção dos povos oprimidos. Segundo o autor:

Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar (Munanga, 1996, p. 63).

Também por meio das produções históricas é possível pontuar que o Brasil pós-abolição foi marcado pela expulsão dos negros das regiões centrais das grandes cidades (Carril, 2003). A caracterização de um grupo como remanescente de quilombo baseia-se nos elementos comunitários de identidade étnico-racial, territorialidade e autonomia (Arruti, 2004). Essa concepção de comunidade orienta-nos a pensar que tais aspectos são solidificados em contextos de pequenos grupos e, portanto, é nessas micros-estruturas que se estabelecem os vínculos de pertencimento. Segundo Santos (2010), o sentimento de pertencimento se perpetua por meio da ligação da comunidade com a terra, o que configura um modo de expressão da identidade étnica e territorial. Deste modo, as comunidades quilombolas podem ser vistas como grupos comunitários constituídos por um menor número populacional e que valorizam seus traços culturais e suas relações afetivas e coletivas. Nesse sentido,

o território quilombola passa a ter significações e conexões associadas à resistência cultural.

Elementos como as relações sociais comunitárias, a formação econômica e social expressam, nas comunidades quilombolas, características e especificidades de uma identidade própria. Os territórios quilombolas, tidos como tradicionais, são espaços fundamentais para a produção econômica, social e cultural de seus moradores. A sua importância, para além da relação de produtividade e subsistência por meio do uso da terra, passa a se relacionar com a produção cultural, religiosa, entre outros elementos que conduzem à constituição de uma identidade quilombola.

Concordamos com Silva (2017) quando o autor afirma que o território é um espaço apropriado que comporta condições materiais e simbólicas, de disputas, relações de gênero, de classe e etárias. Ao mesmo tempo em que o sujeito produz o território, ele é produzido por ele. “As relações sociais e os sujeitos projetam-se, definem-se e sustentam-se em territórios” (Silva, 2017, p. 315). Almeida (2014) propõe que o território quilombola engloba três aspectos subjetivos: o físico, que se dá pelas relações que os moradores estabelecem com o espaço geográfico do quilombo; o simbólico, caracterizado pelos sentidos atribuídos a esses espaços, e o subjetivo, caracterizado pelas relações estabelecidas. Como aponta Sodrê (1988), os espaços quilombolas não são homogêneos (e tampouco fixos) em seu modo de funcionamento, havendo uma porosidade neles que, uma vez dotados da força ativa, implica na multiplicidade dos efeitos que esse território negro pode gerar e provocar – o que nos leva a pensar em inúmeras possibilidades de relações entre espaço e subjetividade.

Em Lagoa Trindade, encontramos narrativas contraditórias sobre o que é ser ou não um quilombo. Há um movimento de afirmação e, ao mesmo tempo, de negação identitária, que revela a afirmação e a negação da afrodescendência – ora colocando o povo negro no lugar de protagonista, ora retirando-o. Segundo relatos de uma parte dos moradores, os primeiros habitantes de Lagoa Trindade eram pessoas escravizadas que fugiram e construíram o quilombo, numa época em que lá era apenas um matagal. “Primeiro veio um escravo, fugiu; esse abriu uma clareira e fez uma taberna de palha e, a partir daí, vieram os demais” (fala de um dos moradores mais velhos da comunidade). Na fala de alguns deles, o nome

quilombo não é motivo de orgulho, já que remete a ideia de “negros fugidos”.

Essa questão também foi identificada por Leite (2009), pois, segundo ela, o “conceito de quilombo entre alguns moradores ainda está ligado à conceitualização de escravos fugidos” (p. 103). A autora demonstra, a partir da fala de um morador – quando ele associa o termo quilombola a uma ideia de desprezo pelo lugar –, a existência de um receio de que o reconhecimento aumente o preconceito. É interessante observar que a ideia de “escravos fugidos” não está associada, nesse caso, à perspectiva da resistência, mas sim a um caráter vergonhoso, reafirmando a definição colonial de quilombo como agrupamento de negros fugidos. Segundo ela, não houve, ainda, uma ressemantização da ideia do quilombo como um lugar de resistência. Essa definição abstrata é um significado reificado. Na fala, embora usem a palavra quilombo, ela é revestida por outros sentidos produzidos e compartilhados no contexto. O instituído é transformado pelas forças instituintes que vão ora afirmá-lo, ora negá-lo – é nessa contradição que as pessoas concretas caminham, sem meramente reproduzir o que está posto, mas produzindo sentidos novos.

Para outros, ainda que de modo não associado diretamente a essa terminologia “quilombo”, há o reconhecimento da luta diária pela preservação de tradições culturais e modos de vida que os conectam com seus ancestrais, fortalecendo suas heranças afrodescendentes. Entendida como social, a subjetividade é constituída de forma simultânea na dimensão individual e coletiva. Assim, ao compreendermos a subjetividade quilombola, devemos entendê-la a partir dos sentidos atribuídos historicamente: por meio da transmissão geracional através de relatos, músicas, dentre outros. Para Furtado, Pedrosa e Alves (2014), os quilombolas, enquanto grupo, compartilham valores, crenças e, sobretudo, uma identidade coletiva. Portanto, na cultura quilombola, os elementos simbólico-afetivos emergem a partir de experiências sociais e pessoais – podemos nos referir às crenças, valores, memórias, à linguagem, à religião, às festas típicas cuja elaboração se faz por meio da interação do contexto cultural e histórico, além do afeto pelo lugar.

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar várias estratégias de deslegitimação daquela comunidade quilombola: a fala dos profissionais das políticas

públicas ao caracterizarem-na como “conflituosa e difícil”; a tentativa de apagamento do nome original do povoado, quando substituído por outro sem conexão com a história local (Lagoa Trindade ao passar a se chamar Doutor Campolina, em 1962, por meio de uma lei estadual que criou municípios e distritos no estado de Minas Gerais); a não legalização de suas terras; o questionamento do mérito do título de quilombola, feito por pessoas da zona urbana do município... essas são algumas das maneiras de bloquear a potência de agir dos povos negros, as quais reafirmam a manutenção de relações de opressão, herdadas do período escravocrata, em que as elites brancas se sobrepõem. Segundo Vigotski (2000), tudo aquilo que se dá no psiquismo já ocorreu nas relações sociais, ou seja: o que somos, como pensamos e sentimos, é resultado de uma relação entre o sujeito e o social. É, então, nessa dialética entre apagar e reconhecer que as subjetividades singulares e, também, coletivas do povoado de Lagoa Trindade se constituem.

Pode-se compreender que as pessoas se reconhecem, pertencem e são distintas de acordo com suas características étnico-raciais, o que se dá no campo relacional. Ao mesmo tempo em que existe na memória de um povo cuja origem histórica é atribuída a movimentos de coletividade, também se apresenta a contradição dos conflitos na interação entre seus membros e desses com as pessoas de fora. Essa relação entre os moradores quilombolas e demais pessoas é marcada por uma tensão, que, em dados momentos, se torna geradora de afastamentos, conflitos e esquecimentos por parte do Estado. De acordo com Santos (2010), pelo modo como o meio social mais abrangente enxerga indivíduos e como por esse meio são estigmatizados, evidencia-se o efeito do estigma, que pode provocar sentimentos de angústia e despotencializar os envolvidos.

Essa rejeição pode ser entendida como uma fuga na medida em que o território quilombola pode ser utilizado como ponto de apoio ou escudo protetor contra uma discriminação reificada. Nesse sentido, o sujeito, ao se deparar com uma situação social de exposição fora de seu território, pode mostrar-se retraído na sua potência de ação. As pessoas da comunidade Lagoa Trindade afirmam que experimentam conflitos de ordem raciais com os outros sujeitos da zona urbana, sendo esses relatos verbalizados quando os jovens passam a estudar na escola situada no perímetro urbano do município.

Um dos aspectos importantes para o reconhecimento de uma localidade como quilombola reside na relação de seus moradores com a terra. Porém, o processo de reafirmação da identidade tem uma significação muito mais abrangente, para além do reconhecimento jurídico e geográfico, devendo-se levar em consideração as caracterizações étnica e cultural, além da apropriação identitária pelos sujeitos. Nesse caso, é essencial dizer que a relação das comunidades quilombolas com a terra é entendida num sentido amplo, englobando os aspectos simbólicos em que a terra é fundamental à reprodução material e, também, no campo subjetivo, em que do território passa a emergir um lugar privilegiado de produção cultural e construção do sentido da vida coletiva.

Afeto e território quilombola: a construção da maquete de Lagoa Trindade

A conexão política entre afeto e território é denominada “territórios dos afetos” por Almeida (2018), a partir da qual pode-se compreender esse espaço com suas especificidades como uma ação política afirmativa de sua manutenção ou redefinição de circulação da vida e de potência. Territórios dos afetos não são caracterizados somente pelo status jurídico quilombola, mas pela relação estabelecida com o lugar e com os moradores que a ele pertencem. Essa pode ser compreendida como aspecto de ordem política que dá ênfase aos saberes locais, cuja ampliação subjetiva é constituída pelos sentidos que os sujeitos quilombolas, a exemplo dos abrangidos pela pesquisa em Lagoa Trindade, dão aos efeitos das exclusões de raça e de classe que afetam seus corpos e seus territórios.

Recorrendo a Espinosa (1983), o termo “afeto” é definido como “as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (p. 86). Na perspectiva espinosana, ser afetado é um poder – e a alegria, a tristeza e o desejo são as três afecções primárias. Quando ampliamos a nossa potência, somos afetados por uma paixão alegre. Já, quando a nossa potência é reduzida, somos afetados por uma paixão triste. E o desejo, por sua vez, é definido como “o apetite de que se tem consciência” (p. 182), caracterizando a nossa intencionalidade em direção a algo.

O afeto, então, adquire uma importância central para a psicologia sócio-histórica, aqui concebido

como a mediação da relação do sujeito com a sociedade. Para Sawaia (2015), a categoria afetividade precisa ser considerada como uma alternativa teórico-metodológica que não cria cisões entre emoção e razão, indivíduo e sociedade, estética e ética política. Segundo a autora, baseada na filosofia de Espinosa, a ética está fundada no conceito de potência como possibilidade de afirmação e expansão de si, realizada por meio das paixões que geram liberdade ou servidão. A emoção é resgatada do lugar negativo ao qual foi lançada pela psicologia, como algo que compromete o comportamento ou o modo de ser das pessoas. Ela deixa essa condição de algo a ser escamoteado, migrando para uma posição central, enquanto afetação que possibilita transformar o outro e ser transformado nos encontros da vida. (Gonzalez Rey, 2005).

Assim, nós pensamos por que somos afetados por outros corpos. É da natureza de um corpo afetar o outro corpo, produzindo uma memória. O conjunto de afetações é o que constitui o nosso corpo e a nossa mente, ao mesmo tempo. A singularidade, então, é construída nas e pelas relações dos encontros potentes, nas palavras de Espinosa, e não de modo essencialista; assim constituída, ela modifica as próprias relações. É nessa interação com o outro, singular e coletivo, numa relação de mútua afetação, que o sujeito emerge.

A dialética entre a negação e afirmação da identidade negra provém do racismo estrutural sofrido cotidianamente por essas pessoas, podendo ser compreendida pelas características políticas, econômicas e culturais, estabelecidas na estruturação social em que se organizou a sociedade brasileira, cujos conflitos podem ser geradores de sentimentos de profunda ligação com o lugar de origem – os afetos. Os de ordem transformadora podem ser compreendidos na perspectiva de Deleuze (2008), a partir de Espinosa, quando diz que afetos não “são sentimentos, são devires que transbordam aquele que passa por eles tornando-se outro” (p. 170). As narrativas de afetos tristes permitem a visualização de embates em relação aos afetos alegres, o que nos leva a pensar na importância do espaço quilombola enquanto território de múltiplos processos de subjetivação.

Num dado momento da intervenção psicossocial com as crianças e os jovens em Lagoa Trindade, surgiu a ideia de construção de uma maquete da comunidade. Alguns reagiram com empolgação; outros,

nem tanto. O primeiro passo foi fazermos um passeio pela comunidade a fim de conhecer e fotografar os lugares importantes para eles. Fotografamos os pontos a serem representados e fizemos um mapa com tais locais, incluindo as casas de cada um deles. Tal momento somou-se aos anteriores e foi criando um corpo contínuo de produção de sentidos sobre si mesmos e sobre a comunidade e o território, tudo através da afetividade. Apresentar a comunidade, rever suas paisagens, seus moradores e suas histórias possibilitava rever os afetos e as relações de pertencimento com o lugar.

Depois do passeio pela comunidade, das fotografias retiradas, montamos um esboço da maquete e começamos a sua construção. Foram muitos encontros de um trabalho prático de construção das casas das crianças e dos jovens, dos pontos de referência para eles, das ruas e da vegetação. A construção da maquete foi um canalizador dos conflitos grupais, representando aqueles momentos em que mais afloraram as discordâncias e as discussões acaloradas. A divisão das tarefas, o perfeccionismo de alguns, a falta de compromisso de outros, a qualidade daquilo que era produzido – com mais ou menos capricho... tudo gerava embates que, muitas vezes, desencadeavam brigas. Eram encontros mais livres, em que produzir algo concreto coletivamente favorecia o aparecimento das divergências. Nesse momento, algumas jovens deixaram de frequentar o projeto. Aumentaram o número de crianças menores, interessadas nas atividades lúdicas, já que usávamos tintas, papéis, papelão, isopor e cola. Tudo isso gerava um encontro mais dinâmico e, também, mais conflituoso – esse foi um momento de múltiplas afetações, que ora produziam potência, ora desagregavam.

Contradições emergiram, além de uma análise e reconstrução dos afetos com o território e as pessoas que nele vivem.

Segundo Espinosa, justamente, por sermos seres de imaginação, as afetações podem ocorrer por imitação, pela memória, ou pela ideia de futuro. Assim as afetações podem ser estados afetivos momentâneos de curta duração, ou se estender para além do instante e também indefinidamente pela memória e pela ideia de futuro, portanto, as emoções e as paixões não dizem respeito apenas ao encontro do aqui e agora” (Espinosa, 1983 citado por Sawaia & Magiolino, 2016, p. 75).

A tarefa de planejar o espaço físico, de escolher os locais significativos a serem representados, de construir as próprias casas, mostrou-se um processo imaginativo em que as afetações, provocadas pela representação metafórica do lugar onde vivem, permitiram reconstruir simbolicamente os afetos entre os participantes do grupo e destes com o seu entorno. A maquete possibilitou a produção simbólica por outras manifestações que não o discurso. As fotos e o material plástico introduziram uma linguagem estética e artística. Sawaia (2009b), a partir de Vigotski e Espinosa, propõe a criatividade e a emoção como dimensões ético-políticas de uma ação transformadora, atuando na singularidade da ação política emancipadora, defendendo que não se trata de uma estetização das questões sociais. A construção da maquete, pela via simbólica dos afetos expressos, do que se fala, do que se representa, do que se imagina, do que circula na memória histórica, trouxe sentimentos e emoções ambivalentes, ora demonstradas como apreço, amor e orgulho pelo lugar onde vivem; ora como descaso, rejeição e desamor.

Foi mais fácil para uns e mais difícil para outros construir a própria casa. Alguns pensaram e planejaram cada detalhe, esmeraram-se nessa tarefa. Outros representaram a casa com as transformações que gostariam – como, por exemplo, uma jovem que colocou vidros nas janelas por ser esse o sonho da mãe. Outros, ainda, faziam e desmanchavam a casa toda semana, tendo uma imensa dificuldade em concluir sua confecção. Uma jovem, no último dia de confecção da maquete, não compareceu ao encontro: avisou que não iria colocar a sua casa e que poderíamos tapar com terra o lugar reservado para ela, apagando a sua casa da maquete. Manifestava-se, na concretude da maquete, a contradição vivida pelos moradores de Lagoa Trindade entre se reconhecer na sua história e se fortalecer a partir dela, ou até mesmo naturalizá-la ou negá-la, mantendo-se na ilusão, tomada aqui na perspectiva de Espinosa (1983), enquanto mobilização de um desejo que vai na direção contrária do que é benéfico ao sujeito.

Os conflitos internos à comunidade reproduziam-se no grupo por meio de uma polarização. Foi possível perceber a formação de dois subgrupos: no pequeno grupo, assim como na comunidade, havia a reprodução dos sistemas de dominação e opressão, vividos por aquele povo no contexto macrossocial – foi possível perceber a lógica do pequeno poder,

sendo exercida na relação entre os sujeitos, materializada nas afetações entre os dois polos. A mesma situação relatada por um participante, de quando sua avó fez uma comida para um jantar, partilhado na comunidade, e ninguém tocou no seu prato, sendo este retirado da mesa, foi reatualizada no grupo, quando outra participante levou um suco e ninguém bebeu. Também foi muito marcante o momento em que tínhamos uma reunião na escola e uma das jovens não participou porque seus colegas se esqueceram de avisá-la.

Enfrentar, conseguir falar sobre os conflitos e priorizar o comum, para além das dificuldades de relacionamento, era essencial ao trabalho no grupo por representar a possibilidade de reproduzir e reinventar, em menor escala, as contradições da comunidade que refletem na constituição do comum; e, como consequência, na potência dos sujeitos políticos. Vigotski (1999) afirma que “é nessa transformação das emoções, nessa sua autocombustão, nessa reação explosiva que acarreta a descarga das emoções imediatamente suscitadas, que consiste a catarse da reação estética” (p. 272). Era necessário compreender as contradições como o motor da transformação, assim como propõe o materialismo histórico-dialético e que, a depender da maneira como são enfrentadas, elas contribuem para o crescimento do grupo por meio de sua superação provisória e a potencialização do comum – ou para a sua destruição.

Promovemos um piquenique. Essa atividade foi um divisor de águas, em função de ter sido possível um diálogo sobre as dificuldades de relacionamento entre os membros do grupo, o que permitiu aos envolvidos relativizar suas posições, ouvir o outro e estabelecer uma conversa aberta e franca sobre as contradições do grupo. Segundo Lane (1989), para que as contradições sejam superadas e uma transformação social ocorra, é necessário que o grupo se analise enquanto tal. Esse momento vivido no processo grupal, de análise das relações internas ao grupo, pôde ser tomado como experiência de autoanálise que teve repercussões. Após a conversa, aquele encontro se deu de forma mais leve e fizemos um passeio divertido. A partir desse dia a polarização foi reduzida – o que não impedia que, de tempos em tempos, novos embates surgissem; porém, o grupo começou a demonstrar maior capacidade de lidar com as diferenças internas sem se desfazer, redimensionando-as em favor de um projeto coletivo e da construção do comum.

Os espaços participativos são um lócus importante para a constituição do comum por propiciarem o surgimento das contradições, na mesma medida em que ofereçam condições de expressão de necessidades, pressuposto básico do exercício da cidadania e da reflexão sobre estratégias coletivas de enfrentamento e resistência sobre questões que afetem a todos. O diálogo e o cotidiano surgem como ferramenta e lugar para encontros que propiciam a emergência dos sujeitos políticos.

Considerações finais

Como foi dito anteriormente, havia na fala de alguns profissionais das políticas públicas que atuavam em Lagoa Trindade um discurso sobre aquele povo como “briguento e difícil”; porém, ao nos aproximarmos e conhecermos a história da comunidade, foi possível conectar presente e passado e compreender que eles sempre travaram uma luta para se afirmarem e manterem a sua existência. Como nos mostra Vigotski, é apenas fazendo um elo entre a história e o momento atual que se torna possível compreender como as subjetividades de um povo foram construídas, sendo necessária uma ampliação para além do comportamento visível – de modo a se chegar naquilo que está encoberto a um primeiro olhar. Reproduzir o discurso de que aquela é uma comunidade conflituosa, sem uma análise mais crítica do que estaria por trás dos conflitos, descontextualizando a problemática, contribui para a manutenção de uma visão da comunidade que desqualifica seus membros e de discursos que os culpabilizam pelas condições de vida que levam – o que não contribui em nada para a ampliação da potência já existente naquele território.

Quando contextualizamos historicamente a adjetivação “comunidade conflituosa”, podemos perceber que estamos diante de uma história de resistência, marcada pela luta por sobrevivência e garantia de direitos. E só é possível desnaturalizar esse discurso ao conhecermos os processos históricos de formação da comunidade, ao longo do tempo, e como se manifestam na atualidade.

A história de uma comunidade quilombola passa, inexoravelmente, pela luta por liberdade, sendo o processo de escravização humana pelo próprio homem uma das formas mais brutais e radicais de impedi-la. Nesse caso, o sujeito sucumbe às paixões tristes, o que reduz a sua potência de agir. As lutas pela liberdade, na fuga para o quilombo, demonstram a produção da

resistência e da não aceitação pacífica da opressão, da violência e da discriminação. A dança e a música, como refúgio e resgate da memória, tornam-se, então, estratégias para preservar a alegria e perseverar – já que, na liberdade, deixamo-nos vencer apenas pelas paixões positivas (Espinosa, 1983). A desalienação, retomando Lane (1989), em que se dá a desconstrução dos discursos que naturalizam as desigualdades, é um caminho para a emergência de forças potentes de resistência – nesse caso, através do reconhecimento de que a história do quilombo é marcada por luta, e que essa não é uma característica de força e poder. Os quilombos, então, como núcleos de resistência, para além de todo sofrimento ético-político, envolvido na escravização dos povos, foram espaços de fortalecimento do comum e, em última instância, de ampliação da potência dos sujeitos políticos.

A compreensão da comunidade quilombola revelou a importância do território na construção dos afetos. Nessa lógica, há de se atentar que a comunidade é um lugar privilegiado em que, pelos afetos, os sujeitos podem se tornar mais ou menos potentes; sofrer e enfrentar desigualdades; construir e transmitir sua cultura. Assim sendo, a pesquisa-intervenção psicossocial pode apontar um caminho privilegiado

para que a psicologia se debruce sobre a complexidade desse tema, voltando seu olhar para as diversas formas de afetações que podem estar presentes nos territórios rurais quilombolas.

Pensar uma comunidade por este viés implica, também, atentar às diversas dimensões e possibilidades que podem fragilizar os sujeitos, despotencializando-os e gerando, conseqüentemente, diferentes modos de servidão em relações micro e macrosociais. Além disso, apontamos que as desigualdades raciais são promotoras de sofrimento ético-político. A afetividade e a constituição do comum surgiram como categorias teóricas que nos instrumentalizam a trabalhar a dimensão política da vida, propiciando espaços de liberdade e de enfrentamento das opressões vividas pelas populações rurais quilombolas. Nesse sentido, compreendemos que as desigualdades podem ser observadas e enfrentadas no coletivo social e que o bem comum também se relaciona diretamente com território no qual o sujeito vive e transita.

Dessa maneira, a presente pesquisa possibilitou-nos enxergar que as relações estabelecidas com o território, e os afetos advindos dessas, podem ser uma via privilegiada de possibilidades de enfrentamento.

Referências

- Almeida, M. (2014). *Território de afetos: Práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro* [Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas]. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333180>
- Arruti, J. M. (2004, 10 de março). Recuperação da memória do lugar auxilia laudo antropológico [Entrevista]. *ComCiência*. <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/memoria/arruti.htm>
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. (2016a). *Apresentação*. http://www.palmares.gov.br/?page_id=95
- Brasil. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. (2016b). *Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ)*. http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551
- Brasil. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. (2016c, 20 de maio). *Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQ) atualizada até a portaria nº 104/2016*. <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>
- Carril, L. F. B. (2003). *Quilombo, favela e periferia: A longa busca da cidadania* [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2013). *Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) em questões relativas a terra*. CREPOP. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CFP_Relatorio_QuestoesTerraWeb-14.05.2019.pdf
- Deleuze, G. (2008). *Conversações*. 34.
- Espinosa, B. (1983). Ética demonstrada à maneira dos geômetras. In B. Espinosa, *Os pensadores* (pp. 69-299). Nova Cultural.

- Fals Borda, O. (1978). *Por la práxis: El problema de como investigar la realidad para transformarla*. FUNDABCO. <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000411.pdf>
- Furtado, M. B., Pedroza, R. L. S., & Alves, C. B. (2014). Cultura, identidade e subjetividade quilombola: Uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), pp. 106-115. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100012&lng=en&nrm=iso
- Gonzalez Rey, F. L. (2005). *Sujeito e subjetividade: Uma aproximação histórico-cultural*. Thomson Learning.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo 2010. IBGE. https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/MG2010.pdf
- Lane, S. T. M. (1989). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In S. T. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 10-19, 8a ed.). Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1989). O processo grupal. In S. T. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 78-98, 8a ed.). Brasiliense.
- Lei Estadual Ordinária nº 2764, de 30 de dezembro de 1962. (1962, 30 de dezembro). Contém a divisão administrativa do estado de Minas Gerais. <http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-2764-1962-minas-gerais-contem-a-divisao-administrativa-do-estado-de-minas-gerais>
- Leite, G. M. C. (2009). *Políticas públicas e olhares sobre a diferença: A criança quilombola na instituição escolar e em outros espaços educativos de Lagoa Trindade, Jequitibá, Minas Gerais* [Dissertação de mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013). A formação em psicologia para a atuação em contextos rurais. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e contextos rurais* (pp. 27-55). EDUFERN.
- Lourau, R. (1995). *A análise institucional* (2a ed.). Vozes.
- Machado, M. N. M. (2004). *Práticas psicossociais: Pesquisando e intervindo*. Edições do Campo Social.
- Munanga, K. (1996). Origem e história do quilombo na África. *Revista USP*, 28, 56-63.
- Santos, J. B. (2010). Território, direito e identidade: Uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia. *Antíteses*, 3(5), 221-245. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>.
- Sawaia, B. B. (2008). O ofício da psicologia social à luz da ideia reguladora de sujeito: Da eficácia da ação à estética da existência. In A. V. Zanella, M. J. T. Siqueira, L. A. Lhullier, & S. I. Molon (Orgs.), *Psicologia e práticas sociais* (pp. 67-79). Centro Eldenstein. <http://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella-9788599662878-08.pdf>.
- Sawaia, B. B. (2009a). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia. *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 99-118). Vozes.
- Sawaia, B. B. (2009b). Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sawaia, B. B. (2015). Psicologia sócio-histórica: Interdisciplinaridade e transformação social: Uma relação teórica com Vigotski sem fidelidade opressiva. In S. T. F. Martin (Org.), *Psicologia sócio-histórica e contexto brasileiro: interdisciplinaridade e transformação social* (pp. 11-28). PUC Goiás.
- Sawaia, B. B., Albuquerque, R., & Busarello, F. R. (2018). Sobre o livro *Afeto & comum: Reflexões sobre a práxis psicossocial*. In B. B. Sawaia, R. Albuquerque, & F. R. Busarello, *Afeto & comum: Reflexões sobre a práxis psicossocial* (pp. 17-27). Alexa Cultural.
- Sawaia, B. B., & Magiolino, L. L. S. (2016). As nuances da afetividade: Emoção, sentimento e paixão em perspectiva. In L. Banks-Leite, A. L. B. Smolka, & D. D. Anjos (Orgs.), *Diálogos na perspectiva histórico-cultural: Interlocuções com a clínica da atividade*. Mercado das Letras.
- Silva, A. P. S. (2017). Pesquisa e atuação da psicologia na cidade e no campo: Apontamentos e deslocamentos produzidos desde a categoria espaço. In E. E. Rasesa, M. S. Pereira, & D. Galindo (Orgs.), *Democracia participativa, estado e laicidade: Psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção* (pp. 309-322). ABRAPSO.
- Sodré, M. (1988). Espaço e modernidade. In M. Sodré, *O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira* (pp. 13-27). Vozes.
- Vigotski, L. S. (1999). *Psicologia da arte*. Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21-44.

Ana Flávia de Sales Costa

Formada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e doutora em Psicologia pelo programa de pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas); especialista em Psicologia Social, Gestão da Política Pública de Assistência Social e Psicologia Clínica, Sete Lagoas – MG. Brasil.

E-mail: anaflaviasalescosta@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2780-4194>

Odair José Câmara Edmundo

Formado em Psicologia pela Faculdade Ciências da Vida, pós-graduando em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná, Sete Lagoas – MG. Brasil.

E-mail: odair.j.c.e@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9898-7717>

Endereço para envio de correspondência:

Rua Professor João Vilela da Cunha, 197, Novo Horizonte. CEP: 35701-198. Sete Lagoas – MG. Brasil.

Recebido 19/10/2019

Aceito 21/10/2019

Received 10/19/2019

Approved 10/21/2019

Recibido 19/10/2019

Aceptado 21/10/2019

Como citar: Sales, A. F., & Edmundo, O. J. C. (2020). Afetividade no território quilombola: Uma práxis possível da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (n.spe), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230161>

How to cite: Sales, A. F., & Edmundo, O. J. C. (2020). Affects in quilombola territory: A possible praxis for psychology. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (n.spe), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230161>

Cómo citar: Sales, A. F., & Edmundo, O. J. C. (2020). Afectividad en el territorio quilombola: Una posible praxis de la psicología. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (n.spe), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230161>